

**Ministério da Defesa Nacional**  
**Estado-Maior-General das Forças Armadas**  
**HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**



**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

**NPD: 2025003957 - Aquisição de equipamento de Tomografia Axial Computorizada para o HFAR-PP**

**PROCEDIMENTO: Concurso Público com Publicação no JOUE nos termos da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP**

**DESPACHO DE APROVAÇÃO:**

Aprovo, ao abrigo da competência conferida pelo Despacho n.º 6700/2024, de 27 de maio de 2024 de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional, publicado no D.R., 2.ª Série n.º 114 de 14 de junho de 2024, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas,

José Nunes da Fonseca  
General

26Mai25



### **Índice**

1. Identificação do procedimento .....	3
2. Entidade adjudicante .....	3
3. Entidade competente para a decisão de contratar .....	3
4. Fundamento da escolha do procedimento.....	3
5. Anúncio .....	3
6. Consulta e fornecimento das peças do procedimento .....	3
7. Concorrentes .....	4
8. Critério de adjudicação e critério de desempate .....	4
9. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos.....	4
10. Júri do Procedimento.....	6
11. Apresentação de propostas.....	7
12. Elementos da proposta.....	7
13. Apresentação Propostas Variantes .....	9
14. Assinatura Eletrónica.....	9
15. Análise das propostas .....	9
16. Prazo de manutenção das propostas e negociação .....	10
17. Notificação da adjudicação.....	10
18. Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar.....	10
19. Documentos de Habilitação.....	11
20. Caução para garantir o cumprimento de obrigações.....	12
21. Redução do contrato a escrito .....	13
22. Aprovação e aceitação da minuta do contrato.....	13
23. Reclamações da minuta .....	13
24. Legislação aplicável.....	13

### **APENSOS**

APENSO A – Modelo de Avaliação de Propostas

APENSO B – Tabela de Subfactores do Fator Qualidade Técnica

### **ANEXOS**

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública

ANEXO II – Modelo da Declaração de Habilitação

ANEXO III – Minuta da Proposta

ANEXO IV – Modelo de garantia bancária

ANEXO V - Modelo de seguro-caução à primeira solicitação



## 1. Identificação do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a **"Aquisição de equipamento de Tomografia Axial Computorizada para o HFAR-PP"**, conforme especificações técnicas, constantes no caderno de encargos.

## 2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado Português - Ministério da Defesa Nacional - Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) – Hospital das Forças Armadas, Polo do Porto (Hospital D. Pedro V), Avenida da Boavista s/n, 4050-113 Porto, NIF 600 010 180, com o telefone n.º (+351) 226087927, endereço eletrónico: [hfar\\_pp\\_logistica@hfar.pt](mailto:hfar_pp_logistica@hfar.pt), estando a utilizar a Plataforma de Contratação Pública: [www.acingov.pt/](http://www.acingov.pt/).

## 3. Entidade competente para a decisão de contratar

A entidade competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ao abrigo das competências que lhe foram delegadas pelo Despacho n.º 6700/2024, de 27 de maio de 2024 de S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional, publicado no D.R., 2.<sup>a</sup> Série n.º 114 de 14 de junho de 2024, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

## 4. Fundamento da escolha do procedimento

O presente procedimento de concurso público é efetuado ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

## 5. Anúncio

O anúncio do presente procedimento é publicado no JOUE e na 2.<sup>a</sup> Série do DRE, sendo as peças do presente procedimento divulgadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública (PECP) através do sítio de internet [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).



## **6. Consulta e fornecimento das peças do procedimento**

- a. A participação pelos interessados no presente procedimento depende de prévia inscrição, a ser efetuada através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
- b. Toda a informação e documentação enviada pelos interessados ou concorrentes, através da plataforma eletrónica referida na alínea anterior, devem ser assinadas eletronicamente pela(s) pessoa(s) com poderes representativos dos interessados ou concorrentes.
- c. Para dar cumprimento ao disposto na alínea anterior, os representantes dos interessados ou concorrentes devem ser detentores de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos artigos 54.º e 57.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, adquirida através de uma entidade certificadora ou, em alternativa, através da assinatura digital do cartão de cidadão, devidamente acompanhada de uma declaração de representação de poderes que vincula o interessado ou concorrente.
- d. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para download no portal referido no ponto 6.a.

## **7. Concorrentes**

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

## **8. Critério de adjudicação e critério de desempate**

- a. O critério de adjudicação na qual se baseará a apreciação da proposta será o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, sendo densificado por um conjunto de fatores, e subfactores, relacionados com aspetos da execução do contrato a celebrar, conforme a alínea a) do nº 1 do artigo 74.º do CCP, salvo nos casos em que tecnicamente for fundamentada a exclusão das propostas;
- b. Os fatores e subfactores de apreciação estão expostos nos Apensos A e B deste programa de procedimento, tais como os respetivos coeficientes de ponderação;
- c. As propostas serão ordenadas por ordem decrescente, relativamente ao número de pontos obtidos;



- d. Em caso de igualdade na pontuação final (empate), será dada preferência à proposta que apresentar maior pontuação no fator qualidade;
- e. Se ainda assim se mantiver o empate, haverá lugar à realização de um sorteio para ordenação das propostas, a ter lugar mediante notificação endereçada aos concorrentes pelo júri, com a antecedência mínima de 24 horas, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante.

**9. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos**

- a. Nos termos do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- b. Os esclarecimentos são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- c. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previstos na alínea anterior.
- d. Os esclarecimentos e retificações são disponibilizados na plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, passando a fazer parte integrante delas e a prevalecer sobre estas em caso de divergência.
- e. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas será adequadamente prorrogado.
- f. Todas as entidades convidadas são imediatamente notificadas dos esclarecimentos prestados, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).
- g. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo, conforme o disposto no artigo 116.º do CCP.





S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

- h. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP, são erros e omissões aqueles que digam respeito a:
- 1) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - 2) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
  - 3) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
  - 4) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
- i. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados.
- j. A apresentação da lista referida na alínea anterior, por qualquer interessado, considera-se rejeitada se não aceite até ao termo do segundo terço do prazo de apresentação de propostas.
- k. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea anterior;
- l. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas na presente cláusula são publicitadas em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)) e juntas às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados do facto.

## 10. Júri do Procedimento

- a. O presente procedimento é conduzido por um júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia funções no dia útil seguinte ao do envio do anúncio para publicação, conforme o estipulado no n.º 1 do artigo 67.º e no n.º 1 do artigo 68.º, ambos do CCP.
- b. Ao júri do procedimento compete proceder à apreciação das propostas, à elaboração do relatório preliminar, à audiência prévia dos concorrentes e à



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

elaboração do relatório final.

- c. O júri do presente procedimento é constituído por cinco membros, três efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes, todos designados pelo órgão competente para a decisão de contratar.
- d. Quando o considerar conveniente, o órgão competente para a decisão de contratar pode designar peritos ou consultores para apoiarem o júri do procedimento no exercício das suas funções, podendo aqueles participar, sem direito a voto, nas reuniões do júri, conforme o estipulado no n.º 6 do artigo 68.º do CCP.

## 11. Apresentação de propostas

- a. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser entregues **até às 23h59 do 30.º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio para publicação do anúncio, exclusivamente de forma eletrónica conforme o n.º 1 do artigo 136.º do CCP, através da plataforma referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), em conformidade com o estipulado no n.º 1 do artigo 62.º e no artigo 63.º ambos do CCP.
- b. A proposta deve ser assinada eletronicamente pela(s) pessoa(s) com poderes para obrigar o concorrente, nos termos do disposto no ponto 14. do presente Programa de procedimento.
- c. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o prazo para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual beneficia todos os interessados, em conformidade com o estipulado no n.º 3 do artigo 64.º do CCP.

## 12. Elementos da proposta

- a. Nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, a proposta deve incluir os seguintes documentos, de apresentação obrigatória:
  - 1) Documento Europeu Único de Contratação Pública - Anexo I ao Programa de Procedimento;
  - 2) Elementos da proposta, conforme modelo constante do Anexo III ao presente Programa de Procedimento, incluindo:
    - a) Prazo de vigência, de acordo com a cláusula 3.ª do caderno de encargos;
    - b) Prazo de entrega, de acordo com a cláusula 32.ª do caderno de encargos;



- c) O preço do equipamento proposto, que inclui a garantia, a instalação, a configuração e a formação a ministrar, bem como a desmontagem, remoção e transporte do equipamento existente.
  - d) Proposta de encargos com o contrato de manutenção após a garantia e para um período de 15 anos, discriminado por ano (item, submetido à concorrência, 14.9 do Anexo A ao Caderno de Encargos);
  - e) O consumo energético estimado (item, submetido à concorrência, 15.4 do Anexo A do Caderno de Encargos).
- 3) Elementos remanescentes relativos aos aspetos submetidos à concorrência – fator qualidade – através do preenchimento do modelo constante do Apenso B ao presente Programa de Procedimento.
  - 4) Certificado CE, bem como o respetivo CDM do(s) equipamento(s) a concurso.
  - 5) Datasheet do equipamento;
  - 6) Documento comprovativo (declaração do fabricante) de que o equipamento de tomografia computadorizada se encontra em fase de produção, podendo indicar para o efeito o endereço da internet da página do fabricante que remete diretamente para o equipamento em causa;
  - 7) Prazo de garantia do equipamento proposto;
  - 8) Plano de Formação (conforme cláusula 35ª do Caderno de Encargos);
  - 9) O concorrente deve indicar a localização do centro de apoio local à manutenção e assistência técnica, fazendo referência, nomeadamente, ao local, modo de contacto, elemento responsável e técnicos credenciados pelo fabricante dos equipamentos para prestarem assistência técnica;
  - 10) Outra informação necessária que os concorrentes entendam pertinente para explicitar os termos da proposta.
  - 11) O concorrente deverá entregar uma cópia (em formato digital) dos manuais de utilização e manutenção do equipamento, bem como as fichas técnicas;
- b. O preço base do procedimento é de **470.000,00 € (quatrocentos e setenta mil euros)**.
  - c. O concorrente deve especificar todos os aspetos que considere relevantes para a apreciação da proposta.
  - d. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme n.º 1 do artigo 58.º do CCP (com exceção das fichas





técnicas e catálogos, que poderão ser em língua Inglesa).

### **13. Apresentação Propostas Variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **14. Assinatura Eletrónica**

- a. Todos os documentos têm que ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, previamente ao seu carregamento na plataforma eletrónica, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 9 de abril e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, com as exceções aí admitidas e aquelas que forem definidas no presente Programa de Procedimento.
- b. Os documentos que constituem as candidaturas e as propostas devem ser submetidos na plataforma eletrónica, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, após aposição da assinatura eletrónica nos termos do ponto 14.a..
- c. Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão do Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão do registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

### **15. Análise das propostas**

- a. Após a análise das propostas o Júri elabora um Relatório Preliminar fundamentado, nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do CCP. no qual propõe a ordenação das mesmas e/ou a sua exclusão.
- b. Elaborado o Relatório Preliminar, o Júri envia-o, através da PECP, a todos os concorrentes para, querendo, se pronunciarem, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, prevista no artigo 147º do CCP.
- c. O relatório, referido na alínea anterior, é enviado através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), podendo os concorrentes se pronunciar pela mesma via.



- d. Cumprido o disposto no ponto b., o Júri elabora o Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor das conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas e/ou alteração da ordenação destas, caso em que procederá a nova audiência prévia e à realização de novo Relatório Final.

#### **16. Prazo de manutenção das propostas e negociação**

- a. O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 120 dias, ao abrigo do disposto no artigo 65.º do CCP.
- b. As propostas apresentadas não são objeto de negociação.

#### **17. Notificação da adjudicação**

Nos termos do disposto no artigo 77.º do CCP:

- a. A decisão de adjudicação é notificada através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), em simultâneo, a todos os concorrentes, sendo acompanhada do relatório final de análise das propostas;
- b. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário:
  - 1) Para entregar os documentos de habilitação, nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
  - 2) Da minuta do contrato a celebrar, nos termos do disposto no artigo 100.º e do artigo 101.º, ambos do CCP.

#### **18. Causas de não adjudicação e revogação da decisão de contratar**

- a. Não há lugar à adjudicação quando ocorra alguma das situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
- b. Caso ocorra a não adjudicação, os concorrentes são notificados da correspondente decisão e dos respetivos fundamentos, bem como das medidas a adotar subsequentemente.
- c. A decisão de não adjudicação nos termos dos números anteriores, determina a



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS**

revogação da decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 80º do CCP.

- d. Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 167.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), não haverá igualmente lugar à adjudicação, originando igualmente a revogação da decisão de contratar, quando, por força da obrigatoriedade do cumprimento de quaisquer disposições legais ou regulamentares, nomeadamente relacionadas com limitações relativas à realização de despesa por parte da Entidade Adjudicante, a mesma se vir impossibilitada de celebrar o contrato.

## **19. Documentos de Habilitação**

- a. Em conformidade com o artigo 81.º do CCP devem ser apresentados os seguintes documentos:
- 1) Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo II ao presente Programa de Procedimento;
  - 2) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
  - 3) O júri pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa de Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito;
- b. Certidão do Registo Comercial ou Certidão permanente da empresa, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontram em efetividade de funções;
- c. Declaração de confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades, relativos a atributos, condições ou termos da proposta adjudicada.
- d. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), sem prejuízo do disposto nos pontos seguintes.
- e. A apresentação dos documentos de habilitação, ou a indicação do endereço de internet onde aqueles possam ser consultados de acordo com a alínea anterior,



deve ser efetuada no prazo de 5 dias.

- f. O adjudicatário tem um prazo de 2 dias para suprir qualquer irregularidade detetada nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, a contar da comunicação desse facto por parte da entidade adjudicante.
- g. Da apresentação dos documentos de habilitação, do adjudicatário, são notificados, em simultâneo, todos os concorrentes, através da plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)), indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibilizando-os para consulta de todos os concorrentes, nos termos do disposto no artigo 85.º do CCP.
- h. Caso a adjudicação caduque por não entrega dos documentos de habilitação, o órgão competente para a decisão de contratar pode adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

## **20. Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

- a. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário, o HFAR-PP poderá exigir, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de notificação da adjudicação, a prestação de uma caução, no valor de 5% do preço contratual, através de depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, conforme escolha do adjudicatário, nos termos do artigo 90.º do CCP e de acordo com os modelos constantes dos anexo IV e V ao presente programa, do qual faz parte integrante.
- b. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% (dez por cento) do preço contratual.
- c. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
- d. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.



## **21. Redução do contrato a escrito**

Salvo nos casos previstos no artigo 95.º do CCP, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

## **22. Aprovação e aceitação da minuta do contrato**

- a. O adjudicatário é notificado para a aceitação da minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 100.º do CCP.
- b. A notificação da minuta do contrato é efetuada através plataforma eletrónica referida ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).
- c. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

## **23. Reclamações da minuta**

- a. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
- b. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
- c. Os ajustamentos ao contrato propostos pelo adjudicatário, mas recusados, não serão inseridos no contrato a celebrar.

## **24. Adjudicação à proposta subsequente por não aceitação dos bens**

Caso os bens não sejam definitivamente aceites, nos termos do caderno de encargos, o órgão competente para a decisão de contratar pode adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.



**25. Legislação aplicável**

Em tudo o não especificado no presente programa e caderno de encargos aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do CCP, bem como outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.



## **APENSO A MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS**

### **Instruções genéricas**

1. A entidade adjudicante goza de larga margem de discricionariedade na enunciação, ordenação e ponderação atribuída aos fatores e subfactores que determinam a proposta economicamente mais vantajosa, de modo a prosseguir o interesse público subjacente à decisão de contratar.
2. A escolha, concretização e ponderação atribuída aos (sub)fatores visam condicionar a escolha da proposta economicamente mais vantajosa pela entidade adjudicante, devendo transmitir objetividade e previsibilidade à atividade de avaliação.
3. Os (sub)fatores devem ser claros, precisos e unívocos, de modo a permitir que um operador económico diligente compreenda o seu conteúdo, sem que, porém, seja afastada a possibilidade de utilização de expressões que concedam margem de livre decisão à entidade adjudicante.
4. As pontuações serão atribuídas tendo por base o princípio da igualdade e a respetiva fundamentação apresentada pelos concorrentes.
5. A atribuição de pontos é condicional à entrega, na proposta, de informação que permita avaliar o nível de satisfação do respetivo atributo.
6. Quando algum atributo (não) seja igualmente demonstrado por propostas distintas, a pontuação atribuída será a mesma.
7. A proposta economicamente mais vantajosa é a que forem atribuídos mais pontos.

### **Instruções específicas**

1. Os concorrentes deverão preencher a tabela constante no Apenso B, indicando o nível de satisfação do item e indicando o documento e a página da documentação técnica entregue com a proposta, que fundamentam a pontuação obtida.
2. Os concorrentes deverão preencher a minuta da proposta em Anexo III.
3. Será realizada avaliação pelo júri, presencialmente, perante equipamento com as mesmas características e completamente funcional no sentido de confirmar/avaliar o nível dos itens descritos.
4. As despesas de deslocamento do júri, caso ocorram no estrangeiro, ficarão ao cargo do concorrente.



### **Avaliação multifator**

A avaliação das propostas no presente procedimento e respetiva ordenação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de **Multifator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado pelos fatores correspondentes aos diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

### **Fatores**

O modelo de avaliação das propostas a que se refere o número anterior é efetuado em função dos seguintes fatores:

- a. Preço da Proposta (**PP**);
- b. Qualidade Técnica (**Q**);
- c. Custo (**C**).

### **Fórmula de cálculo da Pontuação da Proposta**

A pontuação da Proposta (**P**) é calculada através da seguinte fórmula:

$$P = 0,10 * PP + 0,60 * Q + C * 0,30$$

### **Fórmula de cálculo do fator Preço de Proposta (PP)**

A avaliação do Preço da Proposta (**PP**) será calculada de acordo com a seguinte fórmula, numa escala de 0 a 100, sendo 100 o valor mais favorável:

$$PP = \left( \frac{Pb - Pp}{Pb} * 100 \right)$$

Onde:

**Pb** – Preço base.

**Pp** – Preço da proposta do concorrente.



### Fator Custo (C)

#### **Descritivo**

1. Será melhor valorada uma proposta que demonstre que o custo da execução contratual relativa à manutenção (contrato de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva cobrindo peças, mão-de-obra e deslocamentos, em condições iguais às da garantia) e utilização dos equipamentos propostos é mais eficiente e baixo para a entidade adjudicante.
2. Os custos de manutenção são ajustáveis em função de índice de inflação e de custos de mão de obra devidamente fundamentados (item 14.9 do Anexo A ao Caderno de Encargos).
3. O custo com externalidades ambientais ligadas ao bem também está incluído neste fator, sendo valorizável o menor consumo diário de energia de acordo com o cenário “desligado” do equipamento objeto do contrato. A avaliação do atributo sustentabilidade ambiental implica apresentação de relatório de ensaio em conformidade com a SRI (*Self-Regulatory Initiative*) da COCIR (*European Coordination Committee of the Radiological, Electromedical and Healthcare IT Industry*) para equipamentos de imagiologia (item 15.4 do Anexo A do Caderno de Encargos).

#### **Fórmula de cálculo do fator Custo (C)**

A avaliação do Custo (C) da proposta será calculada de acordo com a seguinte fórmula, numa escala de 0 a 100, sendo 100 o valor mais favorável:

$$C = \left( \frac{C_{ref} - C_p}{C_{ref}} * 100 \right)$$

Onde:

**C<sub>ref</sub>** – Custo de referência. O C<sub>ref</sub> é 960.000,00€. Inclui a previsão de despesa aceitável, ao longo de 15 anos, com a manutenção dos equipamentos objeto do contrato e a previsão de despesa aceitável expectável para consumo elétrico diretamente relacionado com a utilização dos equipamentos objeto do contrato (segundo a estimativa de 130 Kw x 245 dias x 15 anos x 0.10€).

**C<sub>p</sub>** – Custo da proposta do concorrente.



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

**Fator Qualidade Técnica (Q)**

**Descritivo**

1. Será mais valorizada a proposta que melhor demonstre como satisfaz as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante subjacentes à decisão de contratar, ou aquela que, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos mínimos definidos nas especificações técnicas, se revele superior em termos de quantidade de artigos, acessórios, funcionalidades ou características opcionais, ou que apresente melhorias face ao mínimo exigido, desde que estas sejam relevantes para a execução contratual.
2. Para aferir o nível do subfactor Qualidade Técnica serão utilizados os elementos indicados no Apenso B.





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

## **APENSO B**

### **TABELA DE SUBFACTORES DO FATOR QUALIDADE TÉCNICA**

[Constante em ficheiro de formato .xlsx]



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

## **ANEXO I**

# **DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º]

A preencher de acordo com o presente Programa do Procedimento no documento disponível em::

<https://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>



## ANEXO II

### Modelo da Declaração de Habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



### ANEXO III MINUTA DA PROPOSTA

.....(nome da empresa), com sede em ....., representada por (nome, naturalidade, cargo que desempenha na sociedade, profissão e residência), tendo tomado perfeito conhecimento do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos do Procedimento com a referência **CPI HFAR-PP 202400xx**, propõe-se a fornecer o bem objeto do procedimento, nas condições abaixo transcritas, obrigando-se a que este bem se encontre em conformidade com o Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas, o que tudo faz pelo preço de .....euros (colocar o valor a pagar pelo objeto de aquisição definido no caderno de encargos), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no montante de ..... euros (indicar o valor do IVA).

Não estão incluídos no valor da proposta, contudo é exigido que sejam apresentados, os custos subjacentes à manutenção e ao consumo energético, que densificam o fator custo.

Item	Valor	Documentação técnica, relatório, ensaio, declaração, proposta, etc.	Página
Valor(es) anual(is) dos encargos com a manutenção após a garantia			
Consumo energético			

Faz ainda prova do cumprimento das características indicadas no Anexo A – Clausulado Técnico ao Caderno de Encargos, através de documentação técnica, relatórios, ensaios ou declaração, etc., que deverão anexar a presente minuta.

Os itens referidos no Anexo A, além dos referentes ao fator custo mencionados na tabela anterior e dos constantes no Apenso B, deverão constar na tabela seguinte atestando assim o seu cumprimento e sendo referenciados, através da página, na documentação em que constam.

Item	Documentação técnica, relatório, ensaio, declaração, etc.	Página
1.1		
...		



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

**Prazo de Manutenção das propostas:** indicar prazo (cumprindo o ponto 16. do Programa Procedimento)

**Prazo de Execução:** indicar prazo (cumprindo a Cláusula 3.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos)

**Prazo de Entrega:** indicar os dias de fornecimento (cumprindo a Cláusula 32.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos)

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeitar à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

.....

Assinatura





## ANEXO IV

### Modelo de garantia bancária

O Banco ....., com sede em ....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de ....., presta a favor do Estado-Maior-General das Forças Armadas, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €....., correspondente a 5% de .... (valor contratado), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que .... (empresa adjudicatária identificada nos termos do disposto no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais) assumirá no contrato que com ela o Estado-Maior-General das Forças Armadas vai outorgar e que tem por objeto ..... (designação do contrato), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Estado-Maior-General das Forças Armadas sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data,

Assinaturas



## ANEXO V

### Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A companhia de seguros ....., com sede em ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de ....., presta a favor do Estado-Maior-General das Forças Armadas e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de €....., correspondente a 5% de .... (valor contratado), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que .... (empresa adjudicatária identificada nos termos do disposto no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais) assumirá no contrato que com ela o Estado-Maior-General das Forças Armadas vai outorgar e que tem por objeto ..... (designação do contrato), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do Estado-Maior-General das Forças Armadas sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Estado-Maior-General das Forças Armadas quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data,

Assinaturas



Apêso B ao Programa do Procedimento - 2025003957 Aquisição de TAC  
TABELA DE SUBFACTORES DO FATOR QUALIDADE TÉCNICA

Nota: Para cada subfactor deverá ser escolhida apenas uma pontuação, fundamentada em documento técnico e com indicação da respetiva página onde consta evidência.

Subfactores	Pontuação	Documento técnico ou proposta	Página
<b>2.1 Equipamento com pelo menos 64 fileiras efetivas de detetores com capacidade de reconstrução a 128 cortes ou superior</b>			
Equipamento com fileiras efetivas de detetores entre 64 e 128 com capacidade de reconstrução entre 128 e 256 cortes	(numero de fileiras-64)/64 x 13		
<b>2.2 Possibilidade de seleção de diferentes espessuras de imagem, com espessura mínima igual ou inferior a 0,7 mm</b>			
Sistema que permite seleção automática de espessuras de imagem entre 0,7 mm e 0,3 mm	(0,7-espessura)/0,4 x 4		
<b>2.3 Tempo de rotação (360°) mínimo ≤ 0,35s (valorizando-se tempo de rotação mínimo inferior)</b>			
Sistema com tempo de rotação entre 0,35s e 0,25s	(0,35-tempo de rotação)/0,1 x 6		
<b>2.6 Valor de intensidade de corrente máxima efetiva ≥ 600 mA (valorizando-se superior)</b>			
Capacidade de corrente entre 600 mA e 700mA	(intensidade de corrente-600)/400 x 4		
<b>3.1 Abertura da gantry igual ou superior a 70 cm</b>			
Gantry com abertura entre 70 cm e 80 cm	(dimensão da abertura-70)/10 x 4		
<b>3.8 Suporte ao posicionamento ou sistema equivalente (valorizável na consola de aquisição, integrada na gantry)</b>			
Sistema com interface de IA, proporcionando feedback em tempo real	2		
Sistema com IA que realiza ajustes automáticos com monitorização contínua	4		
<b>3.9 Câmara de centragem e posicionamento automático do paciente (valorizável baseado em IA)</b>			
Sistema com câmara assistida por IA, que reconhece pontos anatómicos	2		
Sistema de IA com ajuste automático de posição com precisão milimétrica	5		
<b>4.1 Mesa para paciente com capacidade de carga ≥ 270 kg</b>			
Mesa com capacidade de carga de 300 kg, com ajuste de altura automático	2		
Mesa com capacidade superior a 320 kg, com tecnologia de ajuste adaptativo	4		
<b>5.2 Tecnologias de otimização do fluxo de trabalho, incluindo automatismos na seleção de parâmetros de aquisição e reconstrução de imagem</b>			
Sistema que automatiza a seleção de parâmetros com base em características do paciente	2		
Sistema com IA que ajusta automaticamente parâmetros em tempo real	4		
<b>5.6 Campo de visão máximo real (FOV real) de pelo menos 50 cm (valorizando-se superior)</b>			
FOV real de 55 cm, melhorando a cobertura em exames volumétricos	2		
FOV real de 60 cm ou superior, oferecendo visualização mais abrangente	4		

Apenso B ao Programa do Procedimento - 2025003957 Aquisição de TAC  
TABELA DE SUBFACTORES DO FATOR QUALIDADE TÉCNICA

<b>5.8 Possibilidade de aquisição e reconstrução em matrizes de pelo menos 512x512 (valorizando-se superior)</b>			
Capacidade de reconstrução em matrizes de 1024x1024, oferecendo maior resolução	2		
Capacidade de reconstrução em matrizes superiores a 1024x1024, permitindo imagens de ultra-resolução	3		
<b>5.9 Capacidade de reconstrução de imagens em modo iterativo igual ou superior a 20 i/s em matriz 512x512</b>			
Reconstrução iterativa a 25 i/s, melhorando a velocidade de processamento	2		
Reconstrução iterativa a 30 i/s ou superior	4		
<b>6.1 Computador com CPU e GPU de última geração com mais de 32 GB de RAM</b>			
Workstations com CPU de 12 núcleos, GPU com capacidade de processamento paralelo elevada e 64 GB de RAM	1		
Workstations com CPU de 16 núcleos, GPU com suporte a IA e 128 GB de RAM	3		
<b>6.2 Monitor medical grade de alta qualidade e PC com características específicas</b>			
Monitor de 27" ou superior, com taxa de atualização de 144 Hz e brilho de 400 cd/m <sup>2</sup>	1		
Monitor de 27" ou superior, com tecnologia HDR10, brilho de 500 cd/m <sup>2</sup>	3		
<b>7.7 Software para segmentação e reconstrução dos principais vasos em exames de Angiografia por TC</b>			
Software com segmentação e reconstrução automáticas básicas	2		
Software com IA avançada com reconstrução adaptativa (às variações anatômicas individuais) e análises detalhadas (visualização 3D interativa e relatórios automáticos)	4		
<b>Itens Opcionais</b>			
<b>5.15 Software e acessórios para exames de Score de Cálculo e Angio TC</b>			
<b>Coronária com sincronização de ECG</b>			
Software para exames com ECG gating, permitindo a sincronização durante exames cardíacos	3		
Software com IA adaptativa que otimiza a sincronização e apresenta relatórios detalhados	6		
<b>5.17 Protocolos dedicados para exames de Score de Cálculo e Angio TC</b>			
<b>Coronária com modulação da dose</b>			
Protocolos com ajustes automáticos	3		
Protocolos que utilizam IA para modulação adaptativa dinâmica e otimizada	8		
<b>7.4 Software dedicado para processamento de exames de Oncologia com cálculo da volumetria de lesões</b>			
Software com ferramentas de cálculo e segmentação automática básica.	2		
Software com IA para segmentação automática, cálculo volumétrico e análise preditiva.	5		





Apenso B ao Programa do Procedimento - 2025003957 Aquisição de TAC  
TABELA DE SUBFACTORES DO FATOR QUALIDADE TÉCNICA

7.6 Software para Score de Cálcio e Angiografia de Coronárias com medição de estenoses			
Software com suporte a medições manuais semiautomáticas de estenoses	2		
Software com tecnologia de IA que permite medição automática e relatórios preditivos detalhados de estenoses	4		
7.8 Software para reconstrução automática da coluna vertebral			
Software com reconstrução manual com detecção semiautomática	2		
Software com IA com reconstrução, legendagem e análise automática adaptativa	4		
7.9 Software para reconstrução automática da grelha costal			
Software que inclui legendagem automática das costelas e legendagem automática das costelas	2		
Software com IA que realiza reconstrução 3D e apresenta as costelas em múltiplos planos com legendagem automatizada	4		

Célula de verificação  
Célula de verificação

32  
100

